

Plano Nacional de Educação e a questão da Inovação nas práticas pedagógicas

National Education Plan and the issue of innovation in pedagogical practices

Plan Nacional de Educación y el tema de la innovación en las prácticas

Recebido: 05/06/2022 | Revisado: 18/06/2022 | Aceito: 20/06/2022 | Publicado: 02/07/2022

Luiz Carlos Reis Ferreira Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5903-610X>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: luiz.junior@neb.ufpa.br

Marcio Antonio Raiol dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4723-1231>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: mars@ufpa.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir a importância das políticas públicas brasileiras no contexto atual da Escola Básica, bem como a relevância do Plano Nacional de Educação vigente problematizando a inovação das práticas pedagógicas na Escola Básica. Buscou-se entender o que o Plano Nacional de Educação de 2014/2024 pode trazer de importante para a Educação Básica sobre a Inovação. A abordagem utilizada nesse artigo, foi a abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico, os materiais utilizados foram encontrados no portal SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a lei do PNE encontrada no portal do Senado (Governo Federal). Como resultado da discussão, é notável a importância da Inovação pedagógica para a Educação Básica, formando cidadãos que podem compreender o mundo, de acordo com a realidade em que os mesmos vivenciam. Concluiu-se que PNE vigente traz pouca contribuição para melhorar a qualidade, nas metas a palavra inovação aparece poucas vezes, sem desdobramentos de como deveria ser na prática pedagógica das escolas brasileiras. Enende-se que o PNE deveria discutir e induzir possibilidade de inovação pedagógica visando avanços na área educacional.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação; Escola básica; Inovação.

Abstract

This article aims to discuss the importance of Brazilian public policies in the current context of the Basic School, as well as the relevance of the current National Education Plan, questioning the innovation of pedagogical practices in the Basic School. We sought to understand what the 2014/2024 National Education Plan can bring to Basic Education on Innovation. The approach used in this article was a qualitative approach, with a bibliographic character, the materials used were found in the SciELO portal (Scientific Electronic Library Online), CAPES Periodicals Portal (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and the PNE law found on the Senate (Federal Government) portal. As a result of the discussion, the importance of pedagogical innovation for Basic Education is remarkable, forming citizens who can understand the world, according to the reality in which they live. It was concluded that the current PNE brings little contribution to improving quality, in the goals the word innovation appears few times, without unfolding how it should be in the pedagogical practice of Brazilian schools. It is understood that the PNE should discuss and induce the possibility of pedagogical innovation aiming at advances in the educational area.

Keywords: National Education Plan; Basic school; Innovation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de las políticas públicas brasileñas en el contexto actual de la Escuela Básica, así como la relevancia del actual Plan Nacional de Educación, cuestionando la innovación de las prácticas pedagógicas en la Escuela Básica. Buscamos comprender lo que el Plan Nacional de Educación 2014/2024 puede aportar a la Educación Básica en Innovación. El enfoque utilizado en este artículo fue un enfoque cualitativo, con carácter bibliográfico, los materiales utilizados fueron encontrados en el portal SciELO (Biblioteca Científica Electrónica en Línea), Portal de Publicaciones Periódicas CAPES (Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior) y la ley del PNE encontrada en el portal del Senado (Gobierno Federal). Como resultado de la discusión, se destaca la importancia de la innovación pedagógica para la Educación Básica, formando ciudadanos que puedan comprender el mundo, de acuerdo con la realidad en la que viven. Se concluyó que el PNE actual trae poca contribución para mejorar la calidad, en las metas la palabra innovación aparece pocas veces, sin desplegar cómo debe ser en la práctica pedagógica de las escuelas brasileñas. Se entiende que el PNE debe discutir e inducir la posibilidad de innovación pedagógica visando avances en el área educativa.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación; Escuela básica; Innovación.

1. Introdução

O objetivo desse artigo é trazer uma discussão sobre a importância das políticas públicas brasileiras no atual cenário da Escola Básica, assim como discutir a importância do Plano de Desenvolvimento Nacional para o Brasil. A inovação pedagógica nas práticas educacionais também foi o foco desta pesquisa, uma vez que será discutido o PNE que trata de Inovação, dessa maneira, contemplando os temas centrais aqui apresentados.

Segundo Brasil (2014) a lei número 13.005 de 25 de junho de 2014, que em seu artigo 1º diz que o Plano Nacional de Educação tem vigência de uma década, sendo contados os anos a partir da data que foi sancionada. A lei traz diretrizes para que metas sejam alcançadas durante esse período de 10 anos, como por exemplo a erradicação do analfabetismo, melhoria da qualidade da educação e valorização dos profissionais de educação.

Para Hypolito (2015) o Plano Nacional de Educação surgiu depois de debates por duas Conferências Nacionais de Educação, envolvendo docentes, membros sindicalistas, discentes e pessoas representando suas comunidades, entre outros. O texto decorrido sofreu mudanças desde a primeira versão, até chegar à versão final. Mudanças foram realizadas, modificando as suas reais intenções.

Dessa maneira, o PNE é importante para a prática pedagógica, este artigo tem o objetivo de discutir o plano nacional de educação e a questão da inovação das práticas pedagógicas na Escola Básica Brasileira. Assim como discutir a política nacional que vem sendo adotada pelo atual governo e os impactos que essas ações estão causando na educação brasileira.

De acordo com Mitrulis (2002) sobre a inovação, não quer dizer somente novidades, há um conteúdo sobre operação de retorno. A inovação é trazer em um determinado contexto, o que foi criado, inventado. Sua função é de integração, assimilação e adaptar novidades para uma determinada realidade.

Assim, a inovação pedagógica pode trazer um novo sentido ao contexto que o aluno vivencia, trazendo aspectos do cotidiano para que ele possa utilizar recursos que possam promover o seu protagonismo.

Moran (2015) diz que é necessário mudar as metodologias para que os objetivos sejam concretizados. Adotar metodologias que tenham objetivos, envolvendo atividades complexas que possam possibilitar que os discentes tomem decisões, avaliem os resultados, utilizando materiais que tenham importância para o aprendizado deles.

Sendo assim, o que o Plano Nacional de Educação de 2014/2024 pode trazer de importante para a Educação Básica sobre a Inovação? Essa questão pertinente traz algumas discussões que são ponderadas mais adiante.

O artigo está dividido nas seguintes seções: a segunda seção discute sobre a metodologia utilizada na construção do artigo; na terceira seção há uma discussão sobre a Escola Básica e as leis brasileiras, além de reflexões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, há uma parte discutindo sobre o Plano Nacional de Educação de 2014/2024.

A última discussão é sobre Inovação na área educacional, com autores que abordam tal conceito, trazendo relações com a realidade da Escola Básica brasileira e a importância de inovar nas práticas pedagógicas. As considerações finais encerram a discussão sobre a relevância que esse artigo tem quando os temas abordados são levados em consideração com a realidade que estamos vivenciando.

2. Metodologia

A abordagem utilizada nesse artigo, foi a abordagem qualitativa, para Prodanov e Freitas (2013), tal abordagem diz que há uma relação entre os envolvidos no processo, o mundo subjetivo e a subjetividade têm uma dinâmica que não podem ser revelados por números considera que há uma relação dinâmica entre o mundo, então a importância de fazer uma revisão do que já foi publicado, fazendo uma relação com os temas que foram abordados.

Esse trabalho é uma pesquisa de caráter bibliográfico, segundo Gil (2002), as fontes utilizadas são de materiais elaborados, livros ou artigos científicos. Quase todo tipo de pesquisa exige um trabalho desse tipo, mas há algumas desenvolvidas somente com fontes destacadas anteriormente. A pesquisa foi de fundamental importância para a discussão apresentada.

A pesquisa bibliográfica desse trabalho utilizou artigos encontrados no portal SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a lei do PNE encontrada no portal do Senado (Governo Federal).

Os autores Gil (2002) Moran (2015), Freire (1987), Mitrulis (2002), Cury (2008), Lopes (2004), Carvalho (1988), Carvalho, Santos, Oliveira, Galdino (2018), Araújo e Belian (2018) discutem possibilidades, desde a metodologia desse trabalho, passando pelas leis brasileiras sobre a Educação Básica e a Inovação na Educação Básica. Analisando artigos, a lei vigente do PNE e LDB.

3. Resultados e Discussão

3.1 A Educação Básica e as legislações brasileiras

De acordo com Cury (2008) o conceito de Educação Básica está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com esse termo novo, pode ser considerado como um direito na forma como a educação nacional passa a ser organizada. O conceito de Escola Básica passa a organizar novas formas como a educação básica está estruturada, buscando um novo espaço, para novas realidades. É através de uma administração política que o conceito organiza novas bases curriculares.

As políticas públicas são importantes para a Educação Básica do nosso país, segundo Lopes (2004) a política curricular se constitui por um conhecimento projetado para a escola e através da mesma, dessa maneira a política curricular é uma política cultural, uma vez que, o currículo é uma seleção de cultura e de produção cultural, com conflitos entre os indivíduos envolvidos, concepções acerca do conhecimento e com maneiras de construir e compreender tudo a nossa volta.

Cury (2008) afirma que o conceito sobre Escola Básica organiza um novo pensamento sobre como ela é estruturada. Ligando a esfera federal com as instituições de ensino quanto a forma de organização pedagógica, organizando uma nova forma de configurar a cidadania e os direitos garantidos, reunindo três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

É através das leis que as melhorias podem ser garantidas, os papéis da esfera municipal, estadual e federal são definidos, dessa maneira é possível cobrar melhorias e deveres das esferas quando elas não estão fazendo seus papéis para garantir uma educação de qualidade.

Carvalho (1998) diz que a nova LDB poderá se ajustar ao que está acontecendo, agentes envolvidos, relações de poder e articulação, assim os governantes poderão garantir a implementação de políticas educacionais que mais se adequam sobre a redução das ações. Devemos prestar atenção às restrições e o que a LDB pode nos garantir constitucionalmente, visando lutar contra os interesses da elite.

Desde então, esse pensamento sobre a Escola Básica ainda é pertinente quando o assunto é o interesse do Estado com as reformas que estão acontecendo, o neoliberalismo presente nos serviços públicos mostra a realidade do que estamos contando com um retrocesso na garantia de direitos que estão sendo retirados.

Para Freire (1987) devemos nos comprometer com uma educação libertadora, não acreditar que os homens são seres vazios, que podem ser completados com conteúdo. Não podemos acreditar que os alunos são depósitos de conhecimento, sem uma consciência crítica. Devemos formar pensadores críticos com os acontecimentos do mundo.

Segundo Cury (2002) foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu parâmetros para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 o conceito que conhecemos como Educação Básica. O parágrafo do artigo 11 já estabelecia a união do estado e municípios como únicos para uma educação básica. No artigo 21 designa a educação nacional que engloba as três etapas: educação Infantil, ensino fundamental e ensino médio.

De acordo com Akkari, Costa e Silva (2011) a Escola Básica Brasileira atualmente é o resultado de processos decorrentes da reforma dos anos 90. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9.394/96. A aprovação dessa lei inclui propostas para mudar a gestão educacional, assim como financiar programas de avaliação a nível nacional, políticas voltadas a formação continuada, com o objetivo de mudar o cenário e a qualidade da educação básica.

Cury (2002) afirma que a Escola Básica através do artigo 4º, garante por lei, direito ao cidadão a ter acesso à educação, assim como o Estado tem por obrigação de garantir esse direito. Sendo assim, um direito social garantido, com participação na crítica do sujeito, grupo a qual ele pertence e na construção de uma sociedade democrática.

Segundo Cabral e Di Giorgi (2012) a educação tem apresentado grandes desafios com a evolução tecnológica e globalização, criando perspectivas e desafios tanto para os docentes, família e sociedade. Colocando na prática a busca pela qualidade do ensino público.

Senhoras (2020) diz que os impactos ocasionados pela COVID-19 na educação causam preocupação, uma vez que as assimetrias existentes na sociedade são reproduzidas. Temos então de um lado os indivíduos privilegiados que têm acesso ao ensino particular e com a utilização de Tecnologias da Informação e a disposição, conseguindo minimizar os impactos da pandemia com a continuidade das atividades e temos outra parcela que não tem acesso as TICs. Assim, temos uma boa parte da população da Escola Básica sem acesso e sem continuidade dos estudos devido a vulnerabilidade econômica e social que não podem acompanhar aulas de maneira remota.

3.2 Aspectos legais: o Plano Nacional de Educação de 2014/2024

O atual Plano Nacional de Educação foi definido na lei número 13.005/2014. O plano é constituído de 20 metas que devem ser estabelecidas em um período de 10 anos. Contando do ano em que foi estabelecido em 2014 até 2024.

Segundo Brasil (2014) o Plano Nacional de Educação lista diretrizes que devem ser seguidas, além dos artigos que estão inclusos na própria lei do PNE. No artigo 2º as diretrizes tratam sobre: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação relacionadas às desigualdades educacionais; melhorias na educação em relação à qualidade; formação para o trabalhos da cidadania; promover a gestão democrática da educação pública; promover uma educação humanística, científica, cultural e tecnológica; estabelecer metas de aplicação de recursos públicos; valorizar os docentes e promover o respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade.

A lei traz consigo artigos que tratam sobre melhorar a qualidade da educação pública em diversos aspectos, desde a valorização dos educadores, até o cumprimento das metas previstas em lei e monitoramento de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Conselho Nacional de Educação e Fórum Nacional de Educação.

Dilma Rousseff sancionou o Plano Nacional de Educação no dia 25 de junho de 2014. O PNE marca o início de metas que são importantes para a Educação Básica, uma vez que estabelecem por lei, metas a serem cumpridas em um período determinado. O plano marca um compromisso do governo com a educação e atualmente vemos pouco destaque do plano no governo do atual presidente Bolsonaro, marcado por cortes de bolsas de pesquisas que vão contra uma das metas do PNE.

Para Brasil (2014) o Plano Nacional de Educação estabelece metas que assegurem a promoção de melhorias na qualidade da educação, além de estabelecer a aplicação de recursos da esfera pública na área educacional como proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), assegurando e expandindo necessidades, com qualidade e equidade.

De acordo com Echalar et al., (2020), o PNE atual traz três principais metas e estratégias e podem ser definidas a seguir: se torna obrigatória e a universalização da pré-escola, Ensino Fundamental e Médio e Educação Especial; Aumento de matrículas em creches, Educação de Jovens e adultos, educação profissional e Educação Superior; melhoria na taxa de alfabetização, crianças e adultos, educação em tempo integral, valorização dos profissionais de educação e melhorias na Educação Básica e

Superior.

A palavra Inovação aparece no atual Plano de Educação Nacional de 2014/2024 na parte de estratégias, não definindo um conceito da palavra, mas mostrando em quais estratégias a inovação deverá ser colocada em prática no período de vinte anos do plano vigente.

De acordo com Brasil (2014) deverá ser realizada a ampliação de investimento destinados às pesquisas, focando no desenvolvimento e estimulando a inovação, assim como, investir na formação de recursos humanos destinados à inovação, para aumentar a competição de empresas da área tecnológica.

Dessa maneira, em uma das estratégias, a palavra inovação é relacionada aos investimentos e formação de recursos que devem fomentar as pesquisas sobre inovação, além de destacar a questão da competitividade tecnológica.

Brasil (2014) define o estímulo à pesquisa aplicada, envolvendo as Instituições de Ensino Superior e das Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica a desenvolverem pesquisas relacionadas às inovações e a produção, além de registros relacionados a patentes. A palavra Inovação aparece algumas vezes no Plano Nacional de Educação de 2014/2024, conforme podemos observar no Quadro 1:

Quadro 1 – Metas e estratégias em que a palavra inovação aparece no Plano Nacional de Educação.

Meta	Estratégia	
12	14	12.14) mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
12	21	12.21) fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.
14	11	14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;
14	14	14.14) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;
14	15	14.15) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

Fonte: PNE 2014/2024. Elaborado pelos autores (2021).

O Plano Nacional de Educação vigente é um excelente instrumento para melhorar a qualidade da Educação Básica Brasileira, além de garantir recursos, valorizar profissionais de educação, entre outras metas que foram supracitadas nesta seção. O grande desafio está sendo os diversos ataques que a educação pública está sofrendo com o governo atual, diminuição de bolsas de iniciação às pesquisas, corte no orçamento destinados às Universidades Federais e as reformas educacionais sendo implementadas, sem a consulta de profissionais de educação que vivenciam o que é a escola na realidade.

Uma das possibilidades apresentadas é a inovação que já está presente no PNE, mas que precisa ser analisada, refletida, discutida e implementada, por profissionais da área de educação, pessoas ligadas diretamente ao chão da escola, que sabem abordagens e que já trabalham em sala de aula com a inovação. As entrevistas semiestruturadas que foram realizadas, têm o objetivo de descobrir as representações sociais sobre inovação na disciplina Língua Inglesa, as representações deles mostraram que eles já utilizam a inovação em sala de aula.

A Educação Básica é um direito garantido por lei, A LDB configura uma conquista como a educação passa a ser organizada, através de uma estrutura que garanta ao cidadão direitos conquistados, assim, novas bases curriculares podem ser

estabelecidas para garantir a formação plena do cidadão. Através do PNE atual, os direitos são garantidos através de diretrizes que evidenciam múltiplos objetivos, com a finalidade de trazer melhorias para a Educação Básica, bem como promover uma gestão democrática para a educação pública.

O PNE traz um conceito de inovação, mas que precisa ser discutido além, por profissionais que lidam diariamente com a inovação em diversos ambientes de aprendizagem, com possibilidades epistemológicas que possam repensar a maneira de ensinar, adaptando os conteúdos as novas realidades dos alunos.

3.3 Definições e possibilidades: a inovação na área educacional

Essa seção traz uma discussão sobre o que é Inovação na Educação Básica Brasileira. Com conceitos de autores que trabalham com Inovação nas práticas pedagógicas, reflexões sobre o que seria inovação e benefícios para uma educação de qualidade. É necessário fazer uma reflexão sobre a inovação nas práticas pedagógicas, principalmente nesses contextos em que as metodologias devem ser adaptadas para que o aluno consiga refletir sobre o que está aprendendo.

Para Senhoras (2020), a pandemia da COVID-19 afetou docentes e discentes, nas mais faixas etárias, mudando a maneira como muitos lidam com os problemas na área educacional., ausência de trilhas de aprendizagem, acessibilidade de professores e alunos quando se trata das Tecnologias da Informação e Comunicação para o uso adequado de recursos que promovam o acesso à educação à distância.

Dessa maneira, é necessário criar estratégias que possam promover o aprendizado, seja na ausência ou presença de recursos tecnológicos, utilizando métodos que possam envolver os alunos e promover a autonomia deles, além de trazer algo novo para contribuir com o aprendizado dos educandos.

Segundo Miccoli (2010), o dicionário Aurélio define a palavra autonomia como uma capacidade governar a si próprio. Trazendo tal conceito para a educação, podemos compreender que autonomia é quando o aprendiz conseguiu ser responsável pelo próprio processo de aprendizagem. O aprendiz autônomo tem consciência do papel que deve cumprir no processo de aprendizagem dele mesmo.

Essa definição nos mostra muito sobre a importância das metodologias ativas no processo de aprendizagem do aluno, essas metodologias têm objetivos que podem fazer o aluno refletir sobre as práticas, problemas, projetos e fazer críticas sobre habilidades que estão desenvolvendo e assim reconhecer a relevância da autonomia para tal processo.

Johnson (2011) afirma que há como medir a inovação, quanto a tecnologia, por exemplo, quando não podemos executar alguma tarefa em que o uso de tecnologia permite, se é possível executar tarefas dadas como algo impossível, é algo ainda mais inovador. Ambientes podem reprimir ideias e outros podem contribuir para a inovação. A internet e a cidade podem ser consideradas ambientes em que se pode criar, adotar e difundir ideias. Nenhuma das duas nunca será perfeita para isso, mas podem ser geradores de ideias inovadoras.

Johnson (2011) traz uma definição sobre possível adjacente e revela que:

O possível adjacente é uma espécie de futuro espectral, pairando nas bordas do atual estado de coisas, um mapa de todas as maneiras segundo as quais o presente pode se reinventar. Ele não é, contudo, um espaço infinito, ou um campo de jogo totalmente aberto. O número de reações de primeira ordem potenciais é vasto, mas é finito, excluindo a maioria das formas que hoje povoam a biosfera. O possível adjacente revela que a qualquer momento o mundo é capaz de mudanças extraordinárias, mas apenas certas mudanças podem acontecer. (Johnson, 2011, p. 20).

Assim, as mudanças podem ocorrer nos planos educacionais, com a finalidade de alcançar objetivos, por exemplo, além de trazer possíveis realidades que estão presentes nos discursos dos docentes e que podem trazer contextos favoráveis para a realidade dos alunos, revelando mudanças no processo de aprendizagem deles.

De acordo com Johnson (2011) existe um termo que pode ser relacionado com o que foi citado anteriormente,

serendipidade trata de descobertas através de colisões, mas que precisam de algo para se sustentar, dessa maneira fazendo sentido. A questão é como usar as ideias e questionamento para promover ambientes que tenham essas conexões, seja nas mentes, nas instituições e nas informações em rede de nossa sociedade.

Essas conexões podem revelar uma realidade distinta, na qual só percebemos quando estamos investigando algo, assim como as RS dos docentes de uma realidade escolar, para revelar aspectos relevantes nas evocações dos entrevistados. Os relatos dos docentes revelam as conexões entre o que está sendo investigado, teorias, descobertas e o senso comum.

Johnson (2011) fala de serendipidade e diz que:

A Língua é abençoada com uma palavra maravilhosa que exprime o poder da conexão acidental: “serendipity”. Cunhada pelo romancista inglês Horace Walpole em uma carta escrita em 1754, a palavra provém de um conto de fadas persa intitulado “Os três príncipes de Serendip”, cujos protagonistas estavam “sempre a descobrir, por acidente e sagacidade, coisas que não procuravam”. O romancista contemporâneo John Barth descreve isso em termos náuticos: “Você não chega a Serendip traçando um caminho para lá. Tem de partir com convicção para outro lugar e perder o rumo serendipitosamente.”. (Johnson, 2011, p. 50).

A conexão acidental pode revelar o que não está sendo esperado, na pesquisa, por exemplo, temos o objetivo de descobrir representações sociais dos docentes, sobre os temas abordados, podemos esperar sobre metodologias que eles utilizam, inovações, concepções e significados, mas apesar de ter uma sugestão, teremos revelações que não esperávamos encontrar.

Johnson (2011) define mais um termo importante nesse processo de inovação, exaptação, afirmando que as cidades criam uma rede líquida, fazendo um processo em que as informações podem vazar dentro das subculturas, com poder de influência, definindo uma escala na criatividade. O resultado dessa interação cria uma diversidade cultural, com valores. Tais valores existem nas migrações dos diferentes grupos, um local com exaptações surgem.

Esse processo pode revelar aspectos que não estamos supondo através de diferentes abordagens e olhares com a literatura que consultamos, em diversos meios de informações disponíveis, mas está nas influências dos grupos de diferentes culturas que influenciam umas as outras.

Mitrlulis (2002) diz que inovar consiste em um processo de tradução, decodificando novidades na sua forma pura em alguma novidade que possa ser aceitável. Essa inovação deve ser possível de ser aplicada, objetivando trazer melhorias do que já existe no nosso contexto, aperfeiçoando os saberes existentes.

O modo como essa inovação deve colocada na prática, deve ser pensada em algo que seja aceitável para o contexto do aluno, passível de mudanças das práticas pedagógicas, contribuindo para a realidade do educando, além de explorar o contexto em que ambos vivenciam.

Sobre a tradução, Mitrlulis (2002) diz que:

A inovação não se transmite como uma epidemia, nem por um processo de influência ou de conflito, mas por efeitos sucessivos de tradução entre diferentes atores, diante de um mesmo objeto. A tradução seria esse modo de se exprimir sobre um mesmo objeto, que tem repercussões nas preocupações e representações dos diferentes atores, e atende a uma espécie de bem comum provisório desses diferentes atores. Nesse caso não haveria, de um lado, um objeto e, de outro, uma apropriação desse objeto, essas duas operações estariam substancialmente ligadas no processo de inovação. (Mitrlulis, 2002, p. 16).

Nesse aspecto, a tradução tem uma função social, de manifestar, por palavras, gestos, atitudes, através de ideias, sobre um mesmo objeto, transmitindo a inovação nos diferentes contextos sociais. Essas manifestações da tradução são importantes para a inovação, uma vez que, as representações dos objetos por diferentes atores estão ligadas no processo em que ocorre a inovação.

De acordo com Carvalho et al. (2018) a inovação na área educacional passa por um extenso processo que começa com

a formação dos futuros docentes, com ideias, culturas, currículo e práticas da área pedagógica. Então novas abordagens, projetos, práticas pedagógicas surgem nos ambientes de aprendizagem.

Assim, a escola pode oferecer projetos inovadores para os discentes, sendo que os docentes precisam fazer uma ligação do que o aluno precisa estudar, através do currículo e pensar nas práticas que pode realizar quando colocar em prática esse currículo. Sempre pensando em novas abordagens que favoreçam os mais diversos ambientes de aprendizagem que cerca o educando.

Sobre o foco na aprendizagem, Carvalho et al. (2018) destacam que:

Os nativos digitais oriundos desses cenários tecidos por inovações tecnológicas dificilmente se adaptam aos velhos modelos de sala de aula, com ensino centrado no professor, que utiliza ainda recursos de repetição e memorização, provas e exames. Um dos caminhos para transformar a sala de aula em experiências vivas de aprendizagem são as metodologias ativas potencializadas pelas tecnologias digitais. (Carvalho et al., 2011, p. 2).

Os aprendizes dessa geração cercados por tecnologias podem não se adaptar com os modelos antigos de aprendizagem, que possuem um modelo em que o professor está no centro da aprendizagem, que ainda utiliza repetições e memorizações nas avaliações. As metodologias ativas são modelos inovadores que podem potencializar as experiências que os educandos têm com as tecnologias que eles utilizam.

Segundo Mitrulis (2002), as inovações têm a função de resgate na área educacional, do afastamento que o Estado tem como função, sobre a questão de expandir a oferta e incorporar a população, daqueles que são excluídos das demandas da vida escolar.

Araújo e Belian (2018) acreditam que tecnologias podem estar presentes no processo de aprendizagem, para adequar a formação em relação ao contexto em que a sociedade vivenciou depois da revolução tecnológica. Dessa maneira o objetivo é promover a criatividade, formar um pensamento crítico e fomentar a autonomia dos docentes, além de serem utilizadas para facilitar a interação entre educadores e educandos.

As tecnologias são importantes nesse processo de inovação pedagógica, ainda mais em um mundo em que os alunos estão conectados, esses espaços podem ser ambientes de aprendizagem, promovendo a criatividade, desenvolver um pensamento crítico, além de desenvolver a autonomia, facilitando a experiência que o discente tem, com objetivos estabelecidos para a aprendizagem.

De acordo com Carvalho et al. (2018) a cibercultura não consegue produzir sozinha a inovação nos espaços escolares. Esta formação se dá através de consequências de uma concepção voltada para o que está sendo utilizado como novo, logo são consequências de atitudes que acompanham as mudanças que acreditam em uma educação nova e que é possível de realização

Nesse espaço de transformação, a cibercultura deve ser vista como um espaço ideal para a inovação na área educacional, as mudanças devem acompanhar os espaços que o educando frequenta, assim, o que é novo pode ser utilizado para aprender, além de transformar os espaços, através de objetivos inovadores, uma nova educação pode ser pensada através desses cenários.

Para Levy (1999) podemos denominar ciberespaço, um novo meio de comunicação que surgiu com a conexão global ligada aos computadores, indo além da estrutura física de comunicação do meio digital, como também as informações que há nele, bem como pessoas que estão em algum momento, navegando e colocando novas informações na rede. cibercultura é o conjunto de práticas, atitudes, técnicas, forma de pensamento, em que parte esses valores estão se desenvolvendo, no mesmo momento em que o ciberespaço está se expandindo.

Mitrulis (2002) acredita que a inovação traz uma estratégia, com objetivos próprios, é diferente da invenção ou da criação que existem, mas têm outras finalidades. A inovação requer um processo de ação, com ordem de aplicação, fazendo parte de um processo, projetando uma mudança com os que estão diretamente ligados, com objetivos que já foram definidos ou através

de alguma reação manifestada por alguma reação.

De acordo com Araújo e Belian (2018) as novas práticas devem acabar com o pensamento de que o docente detém o conhecimento, sendo assim, tal discurso pode servir como um diálogo e mediação entre docente e discente na construção do conhecimento de forma elaborada.

A questão do professor no centro do processo de aprendizagem já não é mais uma realidade, as novas práticas requerem habilidades em que o conhecimento pode ser construído através da mediação e diálogos entre os agentes envolvidos na prática pedagógica.

Para Carvalho et al. (2018) é necessário fazer uma avaliação sobre os espaços de aprendizagem, currículos, metodologias e o que está sendo colocado como conteúdo nas etapas da escolarização. A concepção de escola conteudista não atende mais às necessidades dos alunos, além de ignorar a realidade em que eles vivenciam.

De acordo com Araújo e Belian (2018), teoria e prática têm uma relação antiga na área educacional. As duas necessitam dialogar para que o aprendizado do educando seja uma experiência proveitosa e assim possa auxiliar o aluno durante esse processo.

Segundo Carvalho et al. (2018) a educação demora a efetivar mudanças que acontecem ao nosso redor, assim como em outros setores, tais mudanças não acontecem de maneira rápida. Assim, um caminho que utilizam metodologias avançadas utilizando a disciplina como sistema ou podem utilizar o protagonismo do educando, através do uso de metodologias ativas, usando projetos nas disciplinas, enfrentando problemas de maneira interdisciplinar, com o ensino híbrido.

Bispo e Santos (2016) dizem que as instituições já têm alguns recursos tecnológicos, mas nesses espaços há uma utilização de tais recursos como algo irrelevante no processo de aprendizagem. Utilizando as tecnologias para fins de aulas expositivas, com concepção tradicional, não atendendo a nova realidade dos alunos, que exigem novas possibilidades para a aprendizagem.

Para Carvalho et al. (2018) as práticas inovadoras procuram trabalhar com realizações de sonhos da instituição escolar, idealizando outra escola, evitando os espaços desmotivadores, cheios de rotina, conteúdos desinteressantes, e pensando em uma escola com aulas dinâmicas, alunos felizes com o que estão aprendendo, que possam ser críticos, resolver problemas, fazer reflexões e principalmente ser protagonista do próprio aprendizado.

Segundo Bispo e Santos (2016) precisamos fazer uma análise sobre a formação dos professores, levando em consideração os recursos tecnológicos. Não haverá inovação, sem o conhecimento do que há de novo. Uma das razões pela qual a educação, com destaque para a pública, não ter um considerável, quando a questão é inovação. A formação dos professores não foi abordada na pesquisa, o foco são as representações sociais dos docentes. O ponto da discussão é apenas que é necessário fazer uma reflexão sobre essa formação, incluindo a inovação nos diversos contextos que a aprendizagem ocorre.

Carvalho et al. (2018) acreditam que as tecnologias ajudam no processo de utilização das Metodologias ativas, através das estruturas que contribuem na inovação pedagógica, ajudam na personalização e no processo de aprendizagem, através da interface que liga docentes e discentes.

De acordo com Bispo e Santos (2016), apesar de tantas mudanças na área educacional, alguns docentes ainda resistem contra o tempo, ainda utilizam práticas antigas, para alguns a utilização de tecnologias na sala já é suficiente para a inovação, quando esse fato é preocupante, impedindo as práticas inovadoras de ter um papel importante no aprendizado do aluno.

Sendo assim, as práticas inovadoras deixam de acompanhar a realidade em que os alunos vivenciam, as práticas inovadoras podem estimular a autonomia do aluno, contribuindo para ele vivenciar aspectos da vida cotidiana dele. Inovar na sala de aula é trazer problemas com que os alunos possam lidar e aprender a resolvê-los de maneira crítica. É necessário fazer uma reflexão sobre a importância das MA utilizadas e não apenas os recursos. Um recurso pode não ser importante, mas sim o tipo de MA que você está utilizando.

Segundo Moran (2015) as instituições de ensino estão demonstrando novas possibilidades de aprendizagem, com modelos que fazem o aluno aprender de forma ativa, utilizando desafios que façam sentido, leituras, envolvendo projetos de forma individual e coletiva.

Sobre questões envolvendo o conceito de inovação, Mitrulis (2002) diz que:

Outro conceito próximo ao de inovação é o de renovação, que significa um retorno a um estado inicial ou uma reaproximação reiterada a objetivos iniciais. O novo não se refere à novidade em si, mas à operação de retorno, à mobilização em direção a uma restauração, à reatualização que restitui a um estado original, ao equilíbrio, ao essencial, aos valores fundamentais. Nesse sentido, para os autores em questão, a reforma é uma forma estruturada de renovação. Ao realizar o reajustamento necessário entre a sociedade e a lei, sob a forma de decretos, leis e outros ordenamentos oficiais, a reforma coloca em funcionamento um sistema que permite atingir com mais eficácia objetivos originais. Seria, portanto, uma ação de caráter conservador, uma vez que planifica uma mudança com vistas a aumentar o grau de harmonia do sistema. (Mitrulis, 2002, pp. 230-231).

Sendo assim, há uma diferença quando esses dois conceitos são colocados na prática, o retorno de um estado inicial, lembra muito uma aproximação de objetivos que foram iniciados, sendo que a reforma pode ser definida como uma renovação, trazendo uma ação conservadora do sistema.

Ainda sobre essa diferença, Mitrulis (2002) afirma sobre a descoberta:

Diferentemente da descoberta, da invenção e da criação, que são produções que não têm necessariamente outra finalidade que elas próprias, a inovação traz embutida a ideias de estratégia de ação e é regida por objetivos práticos. A ação inovadora é da ordem da aplicação, entendida esta não como resultado de uma ação determinada, mas de um processo. (Mitrulis, 2002, p. 231).

A inovação tem conceitos diferentes quando relacionado a descoberta, criação e invenção, além de renovação que foi discutido anteriormente. A inovação traz uma ideia de estratégias que são regidas por objetivos práticos. Uma ação inovadora faz parte de uma ordem, que é fruto de um processo.

Esses conceitos são importantes para compreender qual é o objetivo da Inovação pedagógica na atual conjuntura. É necessário saber as diferenças, dessa forma, a inovação pedagógica pode trazer benefícios para o atual cenário que estamos vivenciando, principalmente quando estamos enfrentando uma crise política dentro de uma pandemia.

Essas mudanças precisam acompanhar os discentes, envolvendo a realidade em que eles possam refletir sobre o aprendizado que estão tendo, além de ter uma consciência crítica sobre os papéis importantes que a Inovação e as Metodologias Ativas têm na Educação Básica.

A inovação é um passo para novas possibilidades e a inserção de Metodologias Ativas, para mostrar aos educandos que é possível aprender com desafios, projetos, inovando e criando um ambiente ideal para aprendizagem, desde que seja adaptado ao contexto em que ele está inserido.

4. Considerações Finais

A LDB definiu uma nova realidade para a Educação Básica Brasileira, com diretrizes que definem deveres das esferas e o compromisso delas com a qualidade da Escola Básica. Sendo assim, as políticas educacionais têm uma grande relevância na garantia de direitos e deveres para com a educação

O atual Plano de Educação Nacional de 2014/2024 tem uma grande importância para a Escola Básica, uma vez que ele tem metas e objetivos que devem ser alcançados durante o período a que foi destinado.

Tais metas garantem melhorias na educação, valorização dos profissionais de educação, incentivos à pesquisa, entre outros desafios que estão sendo colocados no nosso panorama da política do atual governo.

O PNE de 2014/2024 traz um conceito importante para as práticas pedagógicas, o conceito de Inovação que mais do que um conceito, é um desafio para essa geração docentes e discentes.

Fomentar o protagonismo do aluno, fazendo ele enfrentar problemas reais e incentivar o pensamento crítico são algumas ideias da Inovação, que busca espaço nas práticas pedagógicas, mesmo que alguns docentes ainda resistem às práticas inovadoras, devemos mostrar que a inovação pode melhorar a qualidade da Educação Básica.

Diante desses cenários ainda temos que lidar com reformas educacionais impostas pelo atual governo que vem tentando implantar um modelo educacional que rompe com os paradigmas de uma educação libertadora, quebrando direitos garantidos por décadas.

Devemos nos impor e lutar pelos direitos conquistados, assim como garantir uma educação de qualidade para todos e tenha uma formação voltada para criar cidadãos críticos e não depósitos de conhecimento.

Segundo Freire (1987) é através da educação problematizadora que os indivíduos percebem de maneira crítica, qual o lugar deles no mundo e acabam se achando nele. É uma luta incansável, mas que mostra a realidade e o lugar dos indivíduos e os ajuda a pensar de maneira crítica a realidade que os cerca.

É perceptível a importância da Inovação pedagógica para a Educação Básica, ainda mais no atual cenário que estamos vivenciando de pandemia da COVID-2019. A inovação só tem a acrescentar e contribuir para uma educação de qualidade, reflexiva e crítica, formando cidadãos que podem compreender o mundo, de acordo com a realidade em que eles vivem.

O PNE vigente traz pouca contribuição para melhorar a qualidade, nas metas a palavra inovação aparece poucas vezes, sem desdobramentos de como deveria ser na prática pedagógica das escolas brasileiras, deixando o mínimo para ser discutido sobre esse vasto assunto como foi discutido nesse trabalho.

O PNE deveria ter ementas discutindo essa possibilidade de inovação pedagógica e mostrando como poderia ser, levando em consideração o contexto em que cada instituição vivencia com seus alunos, podendo inclusive, servir como um manual que pudesse ser alterado, compartilhado, mostrando os benefícios da inovação na área educacional.

É necessário refletir sobre essas práticas para que a educação alcance níveis elevados e consiga atingir as classes que não são favorecidas pelo sistema vigente, uma escola que usa a inovação na sua prática, pode mostrar que os alunos podem aprender com novas metodologias.

Para futuros trabalhos sobre o tema, há uma sugestão de realizar um levantamento do que mudou desde que o primeiro Plano Nacional de Educação foi lançado, realizando uma comparação entre ambos, assim como verificar quais políticas públicas foram pioneiras em trazer uma discussão sobre a inovação nas práticas pedagógicas.

Referências

- Araújo, R. & Belian, R. (2018). Concepção de professores universitários sobre Inovação Pedagógica. *Revista Internacional de Educação Superior*, 4 (2), 387–400. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651698>.
- Brasil. (1996). Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- Brasil. (2014). Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014. *Plano Nacional de Educação*. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.
- Bispo, M. M., & Santos, S. V. (2016). As tecnologias digitais e se potencial inovador das práticas docentes. *Encontro Internacional De Formação De Professores E Fórum Permanente De Inovação Educacional*, 9(9), 1-14. <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/download/2260/712>.
- Cabral, K. M., & Di Giorgi, C. A. (2012). O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. *Educação*, 35(1), 116-128. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8412>.
- Carvalho, D. P. de. (1998). A nova lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a Educação Básica. *Ciênc. educ.*, 5 (2), 81-90. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73131998000200008&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Carvalho, L. A. de., Santos, S. F. dos., Oliveira, L. F. P., Galdino, M. E. de O. (2018). Formação de professores: Implementação de Práticas. Inovadoras em Sala de Aula. *Pleiade*, 12(25), 64-78. <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/450/575>.

- Cury, C. R. J. (2008) A educação Básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, 38 (134), 293-300. <https://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>.
- Cury, C. R. J. (2002). A educação Básica no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, 23 (80), 168-200. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000010.
- Echalar, J. D., Lima, D. da C. B. P., Oliveira, J. F. de. (2020). Plano Nacional de Ed (2014-2024) – O uso da Inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 28 (109), 863-884. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362020000400863&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projeto de pesquisa*. Atlas.
- Hypolito, A. L. M. (2015). Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. *Cad. Cedes*, 35(97), 517-534. <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00517.pdf>.
- Johnson, S. (2011). *De onde vem as boas ideias*. Zahar.
- Lopes, A. C. (2004). Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira e Educação*, 26, 109-183. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf>.
- Moran, José. (2015). Mudando a educação com metodologias ativas. In C. A. de Souza & O. E. T. Morales (Orgs), *Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: Aproximações Jovens*, 2, 15-33. http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf.
- Miccoli, L. (2010) Autonomia na aprendizagem de Línguas. In: V. L. M. de O. e Paiva. (Org.). *Práticas de Ensino e Aprendizagem de Inglês com Foco na Autonomia* (pp. 31-49). Pontes Editores.
- Mitulis, Eleny. (2002). Ensaio de Inovação no Ensino Médio. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 217-244. <https://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14404>.
- Prodanov, C. C. & Freitas, C. E. de. (2015). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Feevale.
- Senhoras, E. M. (2020). Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 2(5), 128–136. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3828085>.